

ATA DA 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME
PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

A 96ª reunião do Conselho de Administração do RPPS – BH foi realizada excepcionalmente de forma remota, em função das limitações impostas pela epidemia Coronavírus - COVID19. A mencionada reunião teve como itens de pauta: “Aprovação da ata da reunião do mês de março”, “Relatório mensal de investimentos” e “Aprovação da Prestação de contas do RPPS BH ano 2019”. No dia 10 de abril, o Subsecretário Gleison encaminhou e-mail a todos os conselheiros informando a pauta supracitada. Todos os conselheiros votaram a favor da aprovação da ata do mês de março. Também foi encaminhada anexa a apresentação da 96ª reunião em material power point, relatório com a análise dos investimentos do mês de março/20 elaborado pelo servidor Rodrigo André de Almeida, chefe da Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais (ASIES) e relatório resumo e detalhamento em power point, referente ao terceiro item da pauta: “Aprovação da Prestação de contas do RPPS BH ano 2019”, elaborados pela Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias (DGCP) Camila Mariana da C. G. Coutinho. O Subsecretário Gleison solicitou no e-mail encaminhado que os conselheiros se manifestassem até a data de 15 de abril e informou que ele, a Diretora Camila e o servidor Rodrigo estavam à inteira disposição dos conselheiros para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários. Quanto à “Aprovação da Prestação de contas do RPPS BH ano 2019”, foram retratados os itens: “Principais números e resultados de 2019 dos fundos do RPPS, referente à Prestação de Contas feita ao Conselho Fiscal”; “Resultado da utilização dos recursos da Taxa de Administração em 2019, e a sua sobra estimada” e “Relatório Anual das Atividades do Conselho Fiscal, referente a 2019”. O Subsecretário Gleison salientou por meio do e-mail encaminhado aos conselheiros que todas as contas foram apresentadas em detalhes para o Conselho Fiscal, o qual opinou por sua aprovação, conforme constante em material encaminhado. O valor autorizado em 2019 a título de taxa de administração, em 2019, foi de R\$ 13.359.601,56. No entanto, a Unidade Gestora só autorizou a transferência de R\$ 6.444.660,95 do BHPrev para a conta da Taxa, depois de avaliar o que de fato seria necessário. Desse recurso, estimou-se uma sobra de R\$ 183.743,00 após processadas todas as obrigações relativas a 2019. O Subsecretário recomendou aos Conselheiros que deliberassem pela devolução ao BHPrev do saldo existente da Taxa de Administração de 2019, até o limite do valor que não será utilizado e também sobre o uso das sobras da taxa de administração. Todos os conselheiros manifestaram estar de acordo com a prestação de contas do RPPS - BH referente ao ano de 2019 (com exceção do conselheiro Leonardo que se absteve de votar) e com a devolução dos valores não utilizados a título de taxa de administração, relativos ao ano de 2019. Em relação à apresentação do “Relatório mensal de investimentos” encaminhada, constava os seguintes tópicos: receitas de contribuição e financeira; saldos; alocações; desempenho dos investimentos; indicadores de mercado; comitê de investimentos e evolução do patrimônio. Destacam-se: receitas/despesas referentes ao mês de março/20 (contribuição: R\$ 14,16 milhões; benefícios pagos: R\$ 144.348,38; receita financeira: R\$ -22,53 milhões) e patrimônio acumulado até o primeiro trimestre de 2020 de R\$ 1.021,45 milhões. As alocações tática (30,4 %) e estratégica (69,6 %) renderam, no acumulado de 2020, respectivamente, -6,92% e 1,88%. O consolidado do BHPrev (alocações tática e estratégica) rendeu, no acumulado de 2020, -0,83%, representando -44,16% da meta atuarial do ano de 2020, considerando a rentabilidade da alocação estratégica a vencimento. Todos os conselheiros manifestaram estar cientes do Relatório de Investimentos. O presidente André manifestou preocupação quanto às perspectivas econômicas para este ano de 2020, considerando a previsão do Banco Mundial sobre a queda de 5% do PIB, e o provável impacto nos retornos de investimento do RPPS. Os conselheiros Pedro e Sandra corroboraram com a observação feita pelo presidente André. O servidor Rodrigo esclareceu que o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional apontam em seus mais recentes relatórios forte queda do PIB brasileiro para 2020 se comparado com as projeções do início do ano. Com o decorrer do tempo é possível fazer uma melhor análise do impacto da pandemia na economia e por consequência ajustar as previsões do PIB para 2020. Segundo Rodrigo, na visão da ASIES, o próximo Relatório Focus deve apontar para uma queda ainda maior do PIB de 2020, em relação à já prevista. Rodrigo reforçou que todas as decisões e aplicações sugeridas pela Assessoria são pautadas na análise do cenário econômico, nas perspectivas do mercado para os indicadores econômicos e em estudo de ALM, que apontam para necessidade de recursos de maior monta para pagamento de benefícios somente em 2034. Dessa forma, se considerarmos a retomada da economia nos próximos anos, é o momento de se manter a estratégia de alocação em renda variável conforme previsto na Política de Investimento e captar a revalorização desses ativos. Esta ata foi lavrada por Maura Lelis Mariz _____ e deverá ser assinada por todos os conselheiros titulares.

André Abreu Reis

Paulo Roberto Lamac Júnior

Bruno Leonardo Passeli

Adriana Branco Cerqueira

Maria Fernandes Caldas

Leonardo de Araújo Ferraz

Fábio Francisco Maia

Maurício Albino de Almeida

Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino

Jacó Lampert

Sandra Maria Coelho

Pedro Afonso Valadares